



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ (PGEPA)

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

CARGO 5: TÉCNICO EM PROCURADORIA
ÁREA: DIREITO

MANHÃ

Caderno F

Aplicação: 7/1/2007

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno F — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém quarenta questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 40.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 9/1/2007, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pgpepa2006.
- II 10 e 11/1/2007 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pgpepa2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 9/2/2007 – Resultado final das provas objetivas e convocação para a avaliação de títulos: Diário Oficial do Estado do Pará e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pgpepa2006.
- IV 12 e 13/2/2007 – Entrega da documentação para a avaliação de títulos.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1/2006 – SEAD/PGEPA, de 18/10/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pgpepa2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 40, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 5

Transparência até demais?

1 Os tempos do Grande Irmão chegaram. George Orwell
os previu para 1984, mas se afirmaram mesmo na virada do
milênio, principalmente depois que os atentados de 11 de
4 setembro de 2001 serviram de pretexto para um grau sem
precedentes de vigilância do Estado. Dos dois lados do
Atlântico, o direito a *habeas corpus*, afirmado desde a Carta
7 Magna de 1216, está aposentado, considerado velharia
quando se trata de supostos terroristas. Telefones podem estar
grampeados, *e-mail* e páginas da Internet podem ser
10 monitorados a qualquer momento. O Grande Irmão está
observando você.

Orwell não pôde imaginar quantos Pequenos Irmãos
13 ganhariam poderes semelhantes nem quantas pessoas
implorariam, de livre e espontânea vontade, para serem
observadas. A Web surgiu em 1993 e o primeiro *weblog*, em
16 1994, mas foi em 1999 que passou a se chamar *blog* e tornou-
se mania global. Muitos *blogs* têm funções informativas, mas
o núcleo do fenômeno é a exposição do eu e da intimidade, de
19 maneira banal ou chocante.

A superexposição, a midiaticização e o desdobramento
da representação não se restringem a internautas compulsivos.
22 Tudo e todos chamam freneticamente por atenção por todas
as mídias, deixando cada um sem tempo para se conectar com
o mundo real e com sua própria interioridade e intimidade.

CartaCapital, 15/11/2006, p.10-4 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a opção que apresenta reescrita dos dois primeiros períodos do texto (l.1-8) que preserve a informação nele contida e se apresenta com correção gramatical.

- A Os tempos do Grande Irmão chegaram, visto que foram os atentados de 11 de setembro de 2001 que originaram a vigilância do Estado, apesar de George Orwell não os ter previsto.
- B A previsão feita por George Orwell da existência, em 1984, do Grande Irmão consumou-se após os atentados de 11 de setembro de 2001, que motivaram a vigilância radical do Estado.
- C George Orwell propôs o estabelecimento da era do Grande Irmão para 1984, todavia as manifestações terroristas, sem precedentes na história, é que a impulsionaram e caracterizaram como a era da ostensiva vigilância do Estado.
- D A vigilância do Estado, sem precedentes na história, iniciou após os atentados de 11 de setembro de 2001, pretexto que a justificam. Assim, chegou a época do Grande Irmão, nos moldes previstos, em 1984, por George Orwell.

QUESTÃO 2

De acordo com o texto, é correto afirmar que

- A os processos de observação previstos por Orwell estenderam-se a relações que não fazem parte do controle do Estado sobre os cidadãos.
- B se tornou muito mais fácil os indivíduos obterem informações precisas e se conectarem com o mundo real após o advento da Internet.
- C já havia previsão da ocorrência dos atentados de 11 de setembro de 2001, mesmo sendo pouco avançada a tecnologia da época de Orwell.
- D a vigilância invasiva do Estado deve-se aos freqüentes atentados terroristas, principalmente àqueles dirigidos aos Estados Unidos da América do Norte.

QUESTÃO 3

Depreende-se do texto que

- A os *blogs* são, na atualidade, o meio mais eficiente de os indivíduos compartilharem seus sentimentos.
- B os internautas compulsivos são os que mais acessam *blogs* informativos.
- C outros direitos superam o *habeas corpus* porque este, proposto em 1216, perdeu sua aplicabilidade.
- D parte da população está menos em contato com sua subjetividade a partir da virada do século XXI.

QUESTÃO 4

Assinale a opção que exemplifica o emprego, no texto, de linguagem conotativa (figurada).

- A “serviram de pretexto” (l.4)
- B “está aposentado” (l.7)
- C “tornou-se mania global” (l.16-17)
- D “sua própria interioridade e intimidade” (l.24)

QUESTÃO 5

No texto, é correto substituir

- A “os previu” (l.2) por **os prevera** ou por **os tinha previsto**.
- B “depois que os atentados” (l.3) por **depois dos atentados**.
- C “considerado velharia” (l.7) por **tido como obsoleto**.
- D “se trata” (l.8) por **se tratam** ou **trata**.

Texto para as questões de 6 a 9

Big Brother intimida infrator britânico

1 A cena parece saída de um filme de ficção: um garoto está andando de bicicleta na calçada quando a voz de uma autoridade invisível surge do nada. “O rapaz de camiseta preta na bicicleta poderia, por favor, desmontar?” diz a voz, em um tom educado, mas resolutivo. Surpreso, o garoto procura o lugar de onde vem o comando — um alto-falante acoplado a uma

7 câmera, no alto de um poste — e obedece, enquanto as pessoas na calçada o observam, algumas rindo, outras espantadas.

10 Se a história parece incrível, “você ainda não ouviu nada”, como avisa o *slogan* da prefeitura de Middlesbrough, na Inglaterra, sobre a novidade da cidade no combate à

13 desordem social: câmeras de vigilância com sistema de som.

A prefeitura não esconde o princípio por trás do novo método: envergonhar o infrator.

16 O exemplo gerou críticas de sociólogos e organizações de defesa das liberdades civis. “A humilhação pública não é a melhor forma de controle social”, disse o professor Clive

19 Norris, da Universidade de Sheffield. Morris diz que o Reino Unido está passando de uma sociedade de informação para uma de vigilância.

22 O que deixa os críticos atordoados é a aceitação da população. Uma pesquisa mostrou que 72% da população não vê as medidas como invasivas. O escritor Henry Porter cita

25 Benjamin Franklin, para mostrar sua aversão a tal aprovação: “Aqueles que aceitam ceder liberdades essenciais em troca de segurança temporária não merecem nem segurança nem

28 liberdade.”

Folha de S.Paulo, 22/10/2006, p. A35 (com adaptações).

QUESTÃO 6

Com base nos sentidos produzidos no texto, depreende-se que

- A a Inglaterra é pioneira no uso de câmeras de vigilância com sistema de som no combate à violência.
- B pequena parcela da população da cidade de Middlesbrough está preocupada com a violência.
- C a aceitação da vigilância invasiva é proporcional ao grau de violência registrado.
- D as atuais tecnologias proporcionam uma nova forma de constrangimento do infrator da lei.

QUESTÃO 7

Assinale a opção em que foram corretamente empregados os sinais de pontuação, sem prejuízo da informação original contida no seguinte trecho do texto: “Surpreso, o garoto procura o lugar de onde vem o comando” (l.5-6).

- A O garoto surpreso procura o lugar de onde vem o comando.
- B O garoto, surpreso, procura o lugar de onde vem o comando.
- C O garoto procura surpreso, o lugar de onde vem o comando.
- D O garoto procura o lugar, surpreso de onde vem o comando.

QUESTÃO 8

Assinale a opção que apresenta proposta correta de reescrita do seguinte trecho do texto: “A prefeitura não esconde o princípio por trás do novo método: envergonhar o infrator” (l.14-15).

- A Por detrás do novo método que é envergonhar o infrator, a prefeitura não esconde o princípio das pessoas.
- B A prefeitura, por trás do novo método não esconde das pessoas, o princípio de se envergonhar o infrator.
- C Envergonhar o infrator é o princípio que fundamenta o novo método, o que a prefeitura não esconde dos cidadãos.
- D A prefeitura não esconde o princípio, que está por trás do novo método — envergonhar-se o infrator.

QUESTÃO 9



Jornal do Brasil, 2/6/2006.

Comparando-se o texto com a figura acima apresentada, é **incorreto** afirmar que ambos abordam

- A a associação da infração à lei com as tecnologias atuais.
- B a total indiferença dos que assistem a um delito praticado na rua.
- C formas de controle dos indivíduos.
- D outra face das novas tecnologias.

QUESTÃO 10

Assinale a opção em que o trecho apresentado atende às regras de concordância e de pontuação.

- A O mais opressivo dos pesadelos, que assombraram o nosso século, notório por seus horrores e terrores, por seus feitos sangrentos e tristes premonições, foi mais bem captado na memorável imagem de George Orwell da bota de cano alto, pisando uma face humana.
- B Nenhuma face estava segura — cada uma delas estavam sujeitas a ser culpadas do crime de violar ou transgredir. E, uma vez que a humanidade tolera mal todo o tempo de reclusão, os seres humanos que transgridem os limites se convertem em estranhos.
- C E, uma vez que a humanidade tolera mal todo o tempo de reclusão, os seres humanos que transgridem os limites se convertem em estranhos. Cada um deles tiveram motivos para temerem a bota de cano alto feita para pisar no pé, a face do estranho, para espremer o estranho do humano e manter aqueles ainda não pisados prestes a vir a sê-lo, longe do dano ilegal de cruzar fronteiras.
- D Botas de cano alto fazem parte de uniformes. Em algum momento do nosso século, tornou-se comum a compreensão de que os homens uniformizados devem ser mais temidos. Os uniformes eram o símbolo dos servidores do Estado, essa fonte de todo o poder e acima de tudo do poder coercitivo ajudado e favorecido pelo poder que absolve da desumanidade.

Opções adaptadas de Zigmunt Bauman. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1998, p. 27 (com adaptações).

Texto para as questões 11 e 12

O Vietnã de ontem

As sombras das águias que invadiram o Iraque no primeiro semestre de 2004 apenas prenunciavam os anos de agruras aos quais seus cidadãos seriam submetidos. Os desdobramentos objetivos dos três anos e meio de ocupação evidenciam o rotundo fracasso da operação militar e da ofensiva política. O Iraque, até então relativamente estável e previsível, tornou-se campo de batalha e sinônimo de instabilidade internacional.

José Flávio S. Saraiva. *Correio Braziliense*, 28/11/2006, p. 21.

QUESTÃO 11

Assinale a opção **incorreta** com relação às idéias do texto.

- Ⓐ O Iraque, que vivia, em 2003, antes da sua invasão, situação de relativa estabilidade, tornou-se palco de grande conflagração.
- Ⓑ Os cidadãos iraquianos assistem, no presente, a momentos de terror.
- Ⓒ A ocupação militar norte-americana do Iraque foi eficaz, por garantir tranquilidade e estabilidade ao novo governo iraquiano.
- Ⓓ A crescente onda de violência no Iraque é indício de que uma guerra civil está em curso.

QUESTÃO 12

Ainda tomando o texto como referência inicial, assinale a opção correta, relativamente à política internacional e à política interna de alguns Estados nacionais no mundo contemporâneo.

- Ⓐ A política externa do Brasil assume posição indiferente em relação ao conflito no Oriente Médio.
- Ⓑ Aspectos econômicos, especialmente no que se refere à apropriação de recursos minerais e estratégicos, vêm influenciando vários conflitos internos e internacionais.
- Ⓒ A cooperação construtiva promovida pelos norte-americanos na política internacional tem seu melhor exemplo no caso da ocupação do Iraque.
- Ⓓ As realidades internacionais do momento são bastante previsíveis e estáveis.

QUESTÃO 13

O movimento de *pára-e-anda* da economia brasileira nas últimas décadas denota a grande dificuldade do país para crescer de forma contínua e sustentada por longo período. A respeito desse aspecto marcante da cena econômica do Brasil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Foi pífio o crescimento econômico do Brasil em toda a sua evolução histórica no século XX.
- Ⓑ A inflação, grande vilã da economia brasileira até meados da década passada, ressurgiu, nos dias de hoje, como grande preocupação, devido ao risco de explosão potencial.
- Ⓒ A política de estabilização monetária não foi acompanhada, nas duas últimas décadas, por políticas voltadas para o crescimento econômico sustentável.
- Ⓓ A fase de crescimento acelerado, marca do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi substituída por período de crescimento moderado acumulado no primeiro governo do presidente Lula.

QUESTÃO 14

A Amazônia, região quase continental, é, hoje, objeto de grande preocupação. Matéria de interesse crucial para os dirigentes dos Estados nacionais da região, ela também é parte territorial da América do Sul. A respeito da importância da Amazônia, assinale a opção correta.

- Ⓐ Abrigando população insignificante sob o ponto de vista demográfico, essa região é um enorme vazio que necessita ser ocupado.
- Ⓑ Exclusivamente brasileira, a Amazônia é um patrimônio que deveria merecer mais cuidados do Estado nacional soberano.
- Ⓒ A ação internacional nessa região vem-se fazendo de forma equilibrada, como demonstra a inequívoca boa vontade de todas as ONGs que nela atuam.
- Ⓓ A maneira como se vem repensando a inserção dessa região no plano nacional brasileiro e no internacional é objeto de controvérsias.

QUESTÃO 15

No interior dos Estados nacionais bem como no seio da comunidade internacional, a segurança pública é um tema que

- Ⓐ vem sendo apresentado como supérfluo.
- Ⓑ não retrata os verdadeiros desafios para a mudança dos paradigmas da convivência social nos espaços urbanos.
- Ⓒ abriga preocupação legítima da população ante a deterioração da qualidade de vida comunitária.
- Ⓓ deve ser de exclusivo interesse dos profissionais da segurança, das forças policiais e dos especialistas.

Texto para as questões 16 e 17

Negros e pardos conseguem maior acesso ao ensino superior

Os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostram que o ingresso de pessoas que se declaram negras ou pardas no ensino superior subiu, na última década, de 18% para 30% nas redes de ensino pública e privada.

No ensino público, entraram 125 mil novos alunos negros e pardos contra 72 mil brancos. O crescimento ocorre desde 2001, quando o percentual era de 22%. Até o ano passado, segundo a pesquisa, a participação de negros e pardos aumentou em ritmo médio de dois pontos percentuais ao ano. Caso se confirme a tendência, a desigualdade no acesso à educação entre negros e brancos no Brasil pode praticamente acabar em 15 anos, se for mantido o ritmo atual de entrada de estudantes negros nas universidades públicas e privadas do país. A participação deles se tornaria compatível com sua presença na população, que hoje é de 49%.

Internet: <www.emquestao@secom.planalto.gov.br>.

QUESTÃO 16

Assinale a opção **incorreta** com relação ao assunto tratado no texto acima.

- A Entre as políticas que vêm permitindo o acesso de negros e pardos às universidades públicas federais e estaduais, destacam-se os sistemas de cotas para afro-descendentes.
- B Apesar de historicamente ter havido mais presença de negros e pardos no ensino superior no Brasil em décadas anteriores à atual, o quadro atual é de avanço percentual mais acelerado.
- C A elevação gradual e até acelerada de população afro-descendente nas instituições superiores não se restringe ao ensino público.
- D A ascendência africana de um estudante brasileiro é estabelecida, no ensino superior, por autodefinição e declaração do estudante a respeito de sua raça.

QUESTÃO 17

Tomando o texto como referência inicial, assinale a opção correta acerca das políticas de valorização de afro-descendentes no Brasil e no mundo.

- A Matéria urgentíssima para o encaminhamento das políticas educacionais dos Estados africanos contemporâneos, a política de cotas é prioridade educacional naqueles países.
- B Originada no Brasil, a política de cotas para afro-descendentes em instituições de ensino superior expõe a inventividade educacional brasileira.
- C A classificação de pessoas e grupos populacionais por características raciais, tema polêmico em várias partes do mundo, divide a opinião pública e os formuladores de políticas públicas.
- D O ensino médio não tem recebido o influxo de políticas públicas brasileiras voltadas para a valorização da cultura africana.

QUESTÃO 18

A ordem política contemporânea não é uniforme. Estados democráticos distinguem-se de outros, de caráter mais autoritário. A respeito dessa gama de formas políticas, assinale a opção correta.

- A O Brasil, país com experiência de intervenção militar na sociedade democrática, assiste, no presente, a um momento de centralização autoritária.
- B A propensão democrática de grandes Estados na Ásia, a exemplo da China e da Rússia, é visível diante dos processos de democratização em curso naquele continente.
- C Na América Latina, região marcada por grande estabilidade democrática, os regimes políticos são marcados por ampla segurança institucional.
- D A democracia norte-americana vem sendo objeto de críticas como as denúncias de fraudes eleitorais na reeleição do atual presidente e as revelações de relações espúrias de setores do poder político com o econômico, no plano interno e externo.

QUESTÃO 19

A recente revelação, anunciada por comissão parlamentar de inquérito, de que o tráfico de armas se cruza, em várias fronteiras amazônicas do Brasil, com a comercialização de cocaína evidencia

- A a carência de uma política específica de combate ao crime organizado.
- B apenas o pequeno delito pontual de quadrilhas localizadas.
- C a prioridade que Brasil e Venezuela vêm atribuindo a esse tema.
- D a eficácia da política de segurança do Brasil em evitar contágio e interações ilícitas com países vizinhos.

QUESTÃO 20

A respeito do desenvolvimento tecnológico no seio das sociedades nacionais e na comunidade internacional, assinale a opção correta.

- A A tecnologia, se bem direcionada, pode ser um forte instrumento na superação da desigualdade social.
- B A assimetria econômica entre os países resulta apenas da distribuição pouco equilibrada do acesso à produção tecnológica.
- C A força da tecnologia em sociedades de países periféricos deve ater-se ao desenvolvimento de meios para a produção de bens sofisticados, com vistas ao fortalecimento dos setores econômicos competitivos.
- D A ciência e a tecnologia têm funções periféricas na conformação do desenvolvimento econômico nacional bem como do crescimento sustentável.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

No que se refere à aplicação e interpretação das normas constitucionais e ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a técnica de se conferir efeitos *ex nunc* às decisões proferidas em sede de controle concentrado também pode ser utilizada no âmbito do controle difuso.
- Ⓑ No âmbito da arguição de descumprimento a preceito fundamental, não há previsão legal de medida liminar.
- Ⓒ O STF vem entendendo pela viabilidade da intervenção de terceiros e do *amicus curiae* no processamento da ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade.
- Ⓓ No sistema brasileiro, uma vez promulgada uma nova Constituição, as normas constantes da Constituição anterior não são automaticamente revogadas, quando não guardem compatibilidade material com a nova constituição.

QUESTÃO 22

Acerca da organização dos estados e dos Poderes, na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- Ⓐ A competência dos estados e do Distrito Federal (DF) é residual, enquanto a dos municípios e da União é taxativa e expressa.
- Ⓑ Compete ao presidente da República ou ao procurador-geral da República a iniciativa de projeto de lei complementar que disponha acerca da organização do Ministério Público da União.
- Ⓒ É crime de responsabilidade o ato do presidente da República que atenta contra a vida de um desafeto, devendo ser julgado, nesse caso, pelo Senado Federal.
- Ⓓ Mesmo quando os estados deixam de aplicar o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino e em ações e serviços públicos de saúde, a União não pode intervir nesses estados.

QUESTÃO 23

A respeito da organização do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ Compete ao STF a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- Ⓑ Compete à justiça federal julgar as causas em que seja parte sociedade de economia mista.
- Ⓒ O exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público passou a ser vedada, no texto constitucional, pela Emenda Constitucional n.º 45/2004.
- Ⓓ É vedado, pela Constituição Federal, o exercício de advocacia privada pelos procuradores dos estados e pelos defensores públicos.

QUESTÃO 24

Em relação à administração pública e aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Servidor detentor de cargo efetivo de agente administrativo, no âmbito da administração direta, não está impedido, pelo texto constitucional, de acumular esse cargo com emprego público no âmbito da administração indireta, como, por exemplo, em uma subsidiária de empresa pública.
- Ⓑ Para o STF, o dispositivo constitucional que assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, não se aplica na hipótese de publicação não-autorizada de imagens de artistas consagrados em revistas.
- Ⓒ O STF entende como ilegítima a utilização de ação civil pública como instrumento de controle difuso de constitucionalidade, por usurpação de sua competência, mesmo se a questão constitucional posta em discussão for apenas prejudicial à resolução do litígio principal.
- Ⓓ O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, desde que esse partido tenha representação no Congresso Nacional.

QUESTÃO 25

Acerca do regime jurídico administrativo, da organização administrativa e do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ As decisões do Tribunal de Contas da União são consideradas título executivo judicial e somente podem ser desconstituídas por meio de ação rescisória.
- Ⓑ Todas as ações contra a fazenda pública prescrevem no prazo de 10 anos, na forma da legislação civil.
- Ⓒ As sociedades de economia mista e as empresas públicas podem ter servidores regidos pelo regime estatutário.
- Ⓓ A doutrina aponta como princípios do regime jurídico administrativo a supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade do interesse público.

QUESTÃO 26

No que concerne aos agentes públicos, aos atos administrativos, à improbidade administrativa e ao processo administrativo, assinale a opção correta.

- A Os particulares que eventualmente colaboram com o poder público, como os mesários e os jurados, não são considerados agentes públicos.
- B Para o regime jurídico dos servidores públicos federais, a sindicância, fase do processo administrativo disciplinar, equipara-se ao inquérito, fase do processo penal.
- C Tanto os servidores públicos podem vir a responder por atos de improbidade administrativa quanto os terceiros que se beneficiem do ato, sob qualquer forma, direta ou indireta.
- D A revogação do ato administrativo pode ser operacionalizada por meio de outro ato administrativo ou por meio de decisão judicial.

QUESTÃO 27

A respeito de licitação, contratos administrativos e concessões, assinale a opção correta.

- A A doutrina aponta como diferença entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação o fato de aquelas serem exemplificativas e estas, taxativas no que se refere ao rol previsto em lei.
- B A decretação da falência ou a insolvência do contratado é hipótese prevista para a rescisão do contrato administrativo.
- C O aumento do imposto de renda das concessionárias de serviço público é hipótese que justifica a revisão da tarifa, se comprovado impacto na cláusula econômico-financeira do contrato administrativo de concessão.
- D A inexecução total ou parcial do contrato acarreta necessariamente a rescisão do contrato administrativo.

QUESTÃO 28

Acerca do poder de polícia, da desapropriação, dos bens públicos e da responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a opção correta.

- A Conforme entendimento do STF, o poder de polícia não pode ser delegado a pessoas ou instituições privadas, mesmo que haja lei nesse sentido.
- B De acordo com o STF, a imissão provisória na posse do imóvel em desapropriação viola a Constituição, já que não haveria, nesse caso, a prévia e justa indenização em dinheiro.
- C Bens públicos dominiais são aqueles afetados ao serviço público.
- D A culpa exclusiva de terceiro não é causa excludente da responsabilidade objetiva do Estado.

QUESTÃO 29

Regina, menor impúbere, representada por sua genitora, por intermédio da defensoria pública, ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra o DF, alegando que, por defeito na prestação de serviços médicos da rede pública estadual, na ocasião do parto, sofrera danos decorrentes do atraso no atendimento médico, o que lhe causou lesões neurológicas irreversíveis.

A petição inicial foi devidamente instruída com o prontuário médico da autora, bem como com laudo pericial no qual os peritos concluíram que os problemas neurológicos apresentados pela autora — paralisia cerebral e suas seqüências — se relacionavam com o parto.

A sentença proferida pelo juiz julgou parcialmente procedente o pedido inicial e condenou o réu ao pagamento de indenização por danos morais em R\$ 15.000,00 e ao pensionamento vitalício da autora em 3 salários mínimos mensais, fixando os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação e, em face da sucumbência parcial da autora, as custas processuais foram rateadas em partes iguais.

Diante da situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta.

- A O direito brasileiro adota a responsabilidade objetiva do Estado, tanto na ocorrência de atos comissivos como de atos omissivos de seus agentes que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros. Pela referida teoria da reparação integral, basta a ocorrência do evento danoso, ainda que este resulte de caso fortuito ou força maior, para gerar a obrigação do Estado de reparar a lesão sofrida por Regina.
- B Na hipótese em questão, a verba honorária perfaz o total de R\$ 2.760,00, ou seja, R\$ 1.500,00 — 10% da indenização por danos morais —, acrescidos de R\$ 1.260,00 — 10% sobre 12 parcelas da pensão vitalícia devida à autora. Assim, o réu, além de ter de pagar todas as verbas sucumbenciais, deverá depositar os honorários advocatícios fixados em benefício da defensoria pública.
- C Na situação em apreço, a sentença é nula de pleno direito, por se tratar de sentença *ultra petita*, pois o juiz condenou o réu ao pagamento de indenização por dano moral e fixou um pensionamento mensal e vitalício, impondo, assim, uma dupla condenação ao Estado pelo mesmo fato e com a mesma natureza reparatória.
- D Para a eficácia da sentença proferida contra a fazenda pública, exige-se que a decisão seja submetida ao reexame necessário. Entretanto, qualquer das partes poderá interpor recurso de apelação, que será recebido em ambos os efeitos.

QUESTÃO 30

A respeito dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- A No negócio jurídico de alienação de um bem imóvel, se inserem todos os bens acessórios e as pertencas que o adornam, ainda que não constem expressamente do contrato, pois todos esses seguem o principal e não podem ser objeto de negócio jurídico.
- B Para se caracterizar o estado de perigo capaz de viciar o negócio e torná-lo anulável, exige-se, quanto ao elemento subjetivo, que a vítima esteja premida pela necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano; em relação à parte que se beneficia do estado de perigo, exige-se o dolo de aproveitamento.
- C Quanto à formação, os negócios jurídicos são sempre bilaterais, sendo necessário, para que o negócio se complete, além da manifestação de ambas as partes, que essas declarações de vontade sejam antagônicas.
- D Nos negócios jurídicos em que se estabelece uma condição suspensiva, desde o momento da celebração da avença, esse ato é considerado perfeito e acabado. Assim, é anulável qualquer outra disposição sobre o bem negociado que sujeite o contratante inadimplente ao pagamento de perdas e danos à parte inocente e ao terceiro de boa-fé.

QUESTÃO 31

Quanto aos contratos e ao direito das obrigações, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em regra, o credor sempre poderá, sem a anuência do devedor, transferir seu crédito. Qualquer crédito pode ser objeto de cessão, decorrendo as restrições a esse direito apenas da natureza da obrigação, da lei ou da convenção entre as partes.
- Ⓑ Considera-se em mora o devedor que, independentemente de culpa, não efetuar o pagamento de dívida já vencida, isto é, aquela cujo termo tenha se expirado. Esse devedor responderá por todos os prejuízos que o credor vier a sofrer em virtude do atraso no pagamento da dívida, acrescidos dos juros moratórios e multa.
- Ⓒ O credor, para exigir o pagamento da cláusula penal convencional, deverá provar a culpa do devedor pelo inadimplemento e o prejuízo efetivamente sofrido. Se o valor da cominação imposta na cláusula não for suficiente para reparar todo o prejuízo sofrido pelo credor, este poderá exigir indenização suplementar, ainda que as partes expressamente não tenham convencionado essa possibilidade.
- Ⓓ A oferta feita ao público em geral não tem força vinculante, ainda que esta contenha os elementos essenciais do contrato, nem impõe ao anunciante a obrigação de celebrar o contrato. A oferta não equivale à proposta na formação do contrato, por ser dirigida a pessoa indeterminada.

QUESTÃO 32

A respeito da posse e da propriedade, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Na composses, qualquer compossuidor pode usar da coisa comum conforme sua destinação, desde que não exclua, com isso, a mesma utilização por parte dos restantes compossuidores.
- Ⓑ O constituto possessório é forma de aquisição e perda da posse e se verifica quando aquele que possuir a posse própria e plena transfere a outrem a posse indireta e reserva para si a posse direta.
- Ⓒ Ocupação é o modo originário de aquisição da propriedade móvel, por meio do qual alguém toma posse de uma coisa sem dono, com a intenção de adquiri-la para si.
- Ⓓ Adquire-se a propriedade superficiária de um imóvel por usucapião quando o juiz, ao proferir sentença em uma ação de usucapião, verificar que a propriedade pode ser desmembrada, concedendo ao detentor da posse direta a propriedade do solo e resguardando a propriedade plena do detentor do domínio, isto é, da posse indireta.

QUESTÃO 33

A respeito da execução contra a fazenda pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A execução por quantia certa contra a fazenda pública, embora tenha um procedimento diferente das demais, com medidas especiais, admite a expropriação de bens públicos dominicais, por serem estes passíveis de alienação em hasta pública.
- Ⓑ No que se refere à execução por quantia certa contra as pessoas jurídicas de direito público interno — empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas —, o prazo para a oposição de embargos é de trinta dias, a contar da data da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.
- Ⓒ No caso de a execução contra a fazenda pública fundada em título judicial, a sentença que julga improcedentes os embargos opostos pela executada não está sujeita a remessa necessária.
- Ⓓ O detentor de um título executivo extrajudicial emitido por uma pessoa jurídica de direito público interno deve, como uma exceção à sistemática geral do título de crédito justificada pela peculiaridade do direito público, propor ação de conhecimento para a obtenção do título judicial, que será exequível depois de confirmado pelo competente órgão revisor.

QUESTÃO 34

Quanto aos recursos interpostos contra as decisões proferidas no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso de interposição de agravo de instrumento, o recorrente deverá comunicar ao juízo prolator a decisão impugnada e requerer a juntada de cópia da petição do agravo aos autos do processo de origem, sob pena de o relator, de ofício, não conhecer do recurso em razão de irregularidade formal.
- Ⓑ O efeito devolutivo da apelação possibilita novo julgamento pela instância superior — órgão *ad quem* — nos limites da matéria impugnada, isto é, sem ultrapassar os limites do pedido de nova decisão. Por isso, para que o recurso seja conhecido, o apelante, na petição do recurso, deve apresentar as razões de fato e de direito pelas quais entende deva ser anulada ou reformada a sentença.
- Ⓒ Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar ação cautelar para dar efeito suspensivo a recurso especial, ainda que pendente o juízo de admissibilidade no tribunal de origem.
- Ⓓ Na sessão de julgamento de qualquer um dos recursos interpostos e das ações originárias dos tribunais, poderá haver sustentação oral, no prazo improrrogável de quinze minutos para cada um dos advogados das partes ou dos intervenientes.

QUESTÃO 35

Quanto à competência, assinale a opção correta.

- Ⓐ A competência relativa é fixada pelo critério territorial ou pelo valor da causa. Assim, o juízo do foro do domicílio do réu é competente para julgar causas fundadas em direito pessoal e direito real sobre bens móveis e imóveis. No entanto, admite-se derrogação dessa competência para a do foro da situação do imóvel se os litigantes assim o desejarem.
- Ⓑ A competência é fixada no momento em que a ação é proposta e, segundo o princípio da perpetuação da competência, admite-se a modificação posterior dessa competência, nas hipóteses em que é fixada pelo critério territorial ou pelo valor da causa.
- Ⓒ Nos conflitos positivos ou negativos de competência, haverá obrigatoriamente a intervenção do Ministério Público, ainda que este não esteja intervindo no processo pela natureza da causa nem pela qualidade da parte.
- Ⓓ A competência especial da justiça federal, em matéria civil, é fixada pela Constituição Federal em razão das pessoas interessadas na causa. Portanto, compete ao juiz federal processar e julgar todas as causas em que as sociedades de economia mista da União forem interessadas, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes.

QUESTÃO 36

A respeito do processo cautelar, assinale a opção correta.

- Ⓐ São requisitos para a obtenção de medida cautelar: um dano potencial, risco que corre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte, em razão do perigo da demora, e a plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança.
- Ⓑ De acordo com o princípio da fungibilidade, se o autor pedir a concessão de medida cautelar no processo de conhecimento ou de execução, o juiz poderá, caso entenda haver mais benefício ao requerente, conceder a antecipação da tutela, pois, além de esta ter natureza cautelar, os requisitos de ambas são idênticos.
- Ⓒ O poder cautelar geral do juiz atua como poder integrativo da lei, autorizando o juiz a adotar medidas protetivas não previstas na legislação, conceder de ofício a liminar ou conceder a antecipação da tutela, ainda que não estejam presentes os requisitos ensejadores para a concessão da medida protetiva.
- Ⓓ A propositura da ação cautelar preparatória fixa, por prevenção, a competência do juízo. Assim, o ajuizamento da cautelar em juízo incompetente o torna competente para a ação principal.

QUESTÃO 37

Considere que o DF tenha editado lei complementar instituindo o imposto sobre grandes fortunas, em razão da alta renda *per capita* das pessoas domiciliadas em seu território, e que essa lei tenha sido publicada no dia 5 de dezembro de 2006. Tomando como referência inicial essa situação e com base nas normas que regem o Sistema Tributário Nacional, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O imposto sobre grandes fortunas é um imposto pessoal.
- Ⓑ O DF não tem competência para instituir o imposto sobre grandes fortunas.
- Ⓒ Na situação em apreço, a cobrança do imposto sobre grandes fortunas em relação a fatos geradores ocorridos antes do dia 5 de dezembro de 2006 fere o princípio da irretroatividade da lei tributária.
- Ⓓ A natureza jurídica do imposto sobre grandes fortunas é determinada pela destinação do produto de sua arrecadação.

QUESTÃO 38

A pessoa jurídica Braga Indústria de Automóveis S.A. possuía em seu pátio 120 automóveis. Dos 120 veículos, 20 foram vendidos e 80 transferidos para uma de suas filiais localizada em outra cidade do mesmo estado.

Acerca da situação hipotética acima apresentada e das normas que regem o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), assinale a opção correta.

- Ⓐ O fato gerador do ICMS é a fabricação dos veículos automotores pela Braga Indústria de Automóveis S.A.
- Ⓑ A competência para instituir e cobrar o ICMS é do município onde está domiciliada a matriz da Braga Indústria de Automóveis S.A.
- Ⓒ Não incide o ICMS sobre os 80 automóveis transferidos da matriz para a filial da Braga Indústria de Automóveis S.A.
- Ⓓ Em razão da responsabilidade tributária por transferência, a Braga Indústria de Automóveis S.A. deverá recolher o ICMS antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, antes da saída dos automóveis vendidos de seu estabelecimento.

QUESTÃO 39

O estado de São Paulo fixou, por lei específica, a base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) dos veículos localizados em seu território, majorando o referido imposto. Em razão desse aumento, João tornou-se inadimplente e a fazenda pública de São Paulo ajuizou execução fiscal contra ele.

Considerando essa situação hipotética e as normas que regem o IPVA e a execução fiscal, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A fixação da base de cálculo do IPVA não está sujeita à anterioridade nonagesimal.
- Ⓑ A alíquota do IPVA é fixada por lei federal, com validade em todo o território nacional.
- Ⓒ O IPVA incide sobre automóveis, motocicletas e embarcações.
- Ⓓ Proposta a execução fiscal, João da Silva será citado para, no prazo de 5 dias, pagar a dívida ou garantir a execução.

QUESTÃO 40

Um auditor fiscal da fazenda pública do estado de Goiás lavrou auto de infração contra SL Atacadista de Alimentos Ltda., por considerar que não houve o recolhimento devido do ICMS. Inconformados com a lavratura do auto de infração, os dirigentes da SL Atacadista de Alimentos Ltda. constituíram advogado para providenciar reclamação em processo administrativo tributário.

Tendo como referência inicial a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta acerca das normas que regem o processo administrativo tributário.

- Ⓐ A reclamação promovida pela SL Atacadista de Alimentos Ltda. tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- Ⓑ A reclamação da SL Atacadista de Alimentos Ltda. deverá ser endereçada ao secretário de fazenda do estado de Goiás.
- Ⓒ Contra eventual decisão de primeira instância administrativa que julgar improcedente o pedido da SL Atacadista de Alimentos Ltda. caberá recurso e, nesse caso, a autoridade fazendária não poderá exigir prévio depósito do valor discutido, sob pena de ofensa ao princípio da ampla defesa, conforme jurisprudência pacífica do STF.
- Ⓓ O processo administrativo tributário é marcado pelo princípio da formalidade, sendo imprescindível ao contribuinte a constituição de advogado para atuar em sua defesa.

